

Processo nº PD.BC.003.2008

Infractor: Óscar Soares e outros

ACÓRDÃO



Acordam os membros do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem

1. Relatório

Os presentes autos foram inaugurados por despacho proferido em 27 de Junho de 2008 pelo então Presidente do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, na sequência de uma participação efectuada no dia 30 de Maio de 2008 pela Direcção desta mesma Federação relativamente a factos alegadamente ocorridos na I Taça de Portugal de Kayak Mar, realizada em Portimão a 4 de Maio de 2008.

A participação foi instruída com um relatório elaborado por [REDACTED] Juiz Árbitro da referida competição – epigrafado “I Taça de Portugal do kayakmar || (Portimão) || Disciplina || Ocorrências que nada de prestígios dão a canaogaem” – e pelo relatório de competição.

No relatório elaborado pelo Juiz Árbitro foram descritas “ocorrências” envolvendo o árbitro de balança da competição [REDACTED]. Segundo feito constar do relatório, o árbitro de balança terá incentivado os atletas e dirigentes da associação a que pertence a apresentarem protestos, designadamente pela falta de apoio no mar. O árbitro de balança terá ainda ameaçado entregar o cartão de árbitro e, com a competição em curso, terá despedido a camisola de árbitro.

Já do relatório de competição foi feito constar que os atletas [REDACTED] e [REDACTED], números [REDACTED] e [REDACTED] respectivamente, por terem dirigido ao árbitro de bóias as palavras “vai para o caralho”.

Em 13 de Agosto de 2008 foi expedida carta registada para o Senhor [REDACTED] informando-o da instauração do presente processo disciplinar.

O mesmo não sucedeu relativamente aos atletas [REDACTED], os quais não foram notificados nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º, número 2, do Regulamento Disciplinar.

Os presentes autos de processo disciplinar conheceram três instrutores distintos. Não obstante – ou talvez por isso mesmo - a verdade é que, nenhum acto de instrução foi neles praticado.

Em 9 de Junho de 2011 foi elaborada e junta aos autos proposta de arquivamento do processo disciplinar. Os argumentos expendidos pelo instrutor para escorar a sua proposta foram a “ausência de qualquer efeito útil na medida disciplinar eventualmente aplicável como também, e acima de tudo, a ocorrência de prescrição da infracção disciplinar”.



Começamos por referir que, nos termos do disposto no ponto 1.3, número 1, do Regulamento Disciplinar, o âmbito pessoal de aplicação deste regime disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem aplica-se não apenas às associações, clubes, atletas, dirigentes desportivos e treinadores, mas também aos próprios árbitros [alínea f) do número 1 do referido ponto 1.3].

No caso concreto, a ausência de elementos de prova nos autos dificulta derradeiramente o conhecimento dos concretos factos alegadamente praticados pelo árbitro de balança [REDACTED] na I Taça de Portugal de Kayak Mar, realizada em Portimão a 4 de Maio de 2008. Sabemos que o referido árbitro terá expressado críticas relativamente a algumas das condições da prova – designadamente quanto à falta de apoio de mar –, e que, durante a prova, terá despedido a indumentária identificativa da sua condição de árbitro.

No que respeita às críticas que o árbitro de balança terá endereçado às condições da prova, desconhecem os presentes autos as concretas palavras e a forma ou modo como aquelas foram feitas. A crítica construtiva, com o propósito de corrigir deficiências ou aspectos menos positivos relativamente à organização ou às condições de uma prova desportiva por um árbitro para ela nomeado não merece, só por si, qualquer censura. Note-se, aliás, que as críticas alegadamente dirigidas pelo árbitro de balança [REDACTED] conheceram eco no próprio relatório de competição, assinado pelo Juiz Árbitro [REDACTED].

Só o apuramento das concretas palavras e ou expressões utilizadas, e da forma, do modo, e do contexto em que tais críticas terão sido efectuadas é que poderia, em nosso entender, permitir a formulação de um juízo de censura disciplinar tendo designadamente como fundamento a violação do preceituado no artigo 24.º no regulamento interno do conselho nacional de arbitragem.

Já no que se refere aos atletas [REDACTED] a serem verdade os factos que lhes são imputados no relatório de competição, inexistem quaisquer dúvidas de que os mesmos constituem uma infracção disciplinar grave nos termos do ponto 3.4, alínea e) do Regulamento Disciplinar, e do ponto 10.1, alínea m) do Código de Conduta.

Isto referido, nota-se, porém, que entre a data da ocorrência dos alegados factos – 4 de Maio de 2008 – e a data em que é proferido o presente acórdão já decorreram mais de cinco anos. E nota-se, igualmente, que o presente processo disciplinar permaneceu parado mais de três meses por causa não imputável aos infractores.

Assim sendo, como é, é absolutamente inequívoco que se encontram totalmente exauridos os prazos de prescrição das eventuais infracções disciplinares cometidas pelos infractores, previstos no ponto 5.8, número 1, do Regulamento Disciplinar, independentemente ou qualquer que seja o grau de gravidade que aquelas infracções revistam.

*

Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos acorda-se em julgar extinto o presente processo disciplinar, por prescrição das infracções, nos termos conjugados do disposto nos pontos 1.7, alínea b), e 5.8, número 1, ambos do Regulamento Disciplinar.

*

Sem custas.

*

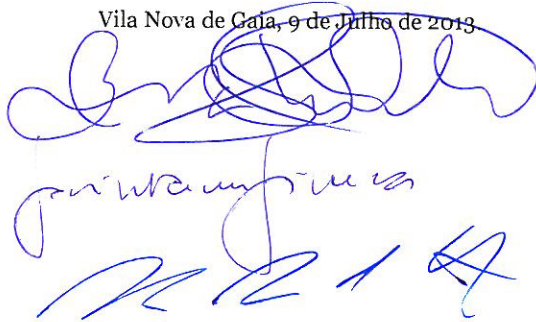
Notifique o presente acórdão apenas ao Infractor Senhor [REDACTED] porquanto os infractores [REDACTED] e [REDACTED] não foram notificados da instauração do presente processo disciplinar contra si.

*

Publique-se a deliberação no *site* da internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto no artigo 8º /1/b do DL nº 248-B/2008, de 31.12, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais.

*

Vila Nova de Gaia, 9 de Julho de 2013



Handwritten signature in blue ink, likely of the President of the Portuguese Canoe Federation, with the name 'João Ramalho' written below it.